

# A Expansão das Atividades de Confeção em Áreas Rurais no Município de Santa Cruz do Capibaribe, PE

## – o caso da Vila Magana

## The Expansion of Clothing Manufacturing Activities in Rural Areas of Santa Cruz do Capibaribe, The case of Magana village

Mônica Vicky Medeiros Oliveira<sup>1</sup>  
Romilson Marques Cabral<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho se propõe a analisar alguns impactos das atividades de confeção do município de Santa Cruz do Capibaribe em sua zona rural, especificamente na Vila Magana. Na área rural é possível observar de maneira mais clara os efeitos do chamado rurbanismo e as consequências geradas pela pluriatividade. A base do estudo constitui-se do chamado Novo Rural Brasileiro, que juntamente com os conceitos e as vertentes do rural e urbano formam o referencial teórico. O objeto do estudo está situado no Agreste Pernambucano, região situada no semiárido. Nessa região há maiores dificuldades ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, o que torna um fator adicional para o aparecimento da pluriatividade. A metodologia baseou-se em um Estudo de Caso (comunidade Magana). A abordagem é qualitativa com a utilização da análise de conteúdo a partir de entrevistas realizadas com técnicos do Instituto Agrônomico de Pernambuco (IPA), um empreendedor urbano e nove famílias que constituem as unidades de análise. Os resultados apontam que a atividade de confeção é motivada predominantemente pelo adicional financeiro e a agropecuária é praticada com motivação no prazer e tradição cultural. Conclui-se que a pluriatividade trouxe benefícios para as famílias da localidade como: incentivo à educação dos filhos (não com exclusividade); mudança na responsabilidade pela manutenção da família, passando a ser compartilhada com a dona da casa; possibilitou, de modo geral, um aumento da renda total das famílias entrevistadas com consequências para um maior acesso a bens de consumo duráveis e não duráveis e certo grau de rurbanização na localidade.

**Palavras-chave:** Confeções. Agropecuária. Novo rural. Rurbanismo e Pluriatividade.

<sup>1</sup> Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. mvicky2000@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. mcabral10@uol.com.br

## **Abstract**

---

This work aims to analyze the impact of clothing manufacturing to the city of Santa Cruz do Capibaribe the rural area of the city, more specifically the community of Magana. In this area, it is possible to clearly observe the effects of so-called rurban and the consequences of the pluriactivity. These two points are the basis of the study of the so-called New Brazilian Rural that, together with the concepts and aspects of the rural and urban, from the theoretical background. Our object of study is located in the rural (Agreste) of Pernambuco that is the focus of many studies, precisely because of its natural barrier mainly to the development of agricultural activities that becomes an importat factor in the development of the pluriactivity. The methodology was based on a case study in which the unit of analysis is some families in the community. Our collection of data was divided into two steps and data analysis was done with the help of a spreadsheet for analyzing both qualitative and quantitative data. We observe the effects of so-called rurban and pluriactivity. The methodology was predominantly qualitative; it was based on a case study with eleven families from the village. We asserted that the clothing manufacturing was motivated by financial reasons and that the agropecuary was inducted by leisure and cultural aspects. We conclude that the pluriactivity brought benefits to the local community like: encouragemnt to children education (not exclusively); changes in the families financial obligations, which is now shared with the housewife; in general terms, it resulted in an increase in the total income of the families that we interviewed; it provided access to consumer goods which were previously inaccessible to these families; a certain degree of rurbanization in the area.

**Keywords:** Confection. Agricultural activities. New rural. Rurban. Pluriactivity.

Este trabalho propõe-se a analisar alguns impactos das atividades de confecções do município de Santa Cruz do Capibaribe em sua zona rural, especificamente na Vila Magana. De modo específico analisa as transformações na produção e no consumo, bem como os traços de rurbanização e pluriatividade em unidades familiares na localidade citada.

O município de Santa Cruz do Capibaribe dista 187,8 km da capital, Recife. Limita-se ao Norte e a Oeste com o Estado da Paraíba; ao Sul com o município de Brejo da Madre de Deus, sendo separado pelo Rio Capibaribe, a Noroeste com Jataúba e a Leste com Taquaritinga do Norte (IPA, 2011). A população da área urbana representa 97,73% do total restando apenas 2,27%, ou seja, 1.988 pessoas na área rural do município. Em virtude da atração exercida pela atividade de confecção, o crescimento da população do município tem sido acentuado. No município verifica-se um aumento da população maior que 100% nos últimos 20 anos devido à grande expansão da atividade de confecção.

A Vila Magana, onde se situam as nossas unidades de análise, dista 14,8km do centro do município e está localizada a Oeste do mesmo.

A atividade de confecção no município de Santa Cruz do Capibaribe surgiu primeiramente em decorrência da expansão da atividade pecuária. A criação extensiva ocasionou a liberação da mão de obra, que passou a ficar desocupada e sem condições de sobrevivência (Melo, 1980 apud Xavier, 2006). Uma das atividades que acomodou a sobrevivência dos expulsos do campo foi a de confecções. A arte de costurar já fazia parte da rotina dos moradores – especialmente das mulheres – e estas passaram a vender peças feitas de retalhos em feiras livres. Com o crescimento da atividade de confecções a população do campo se sentiu também atraída por esse novo trabalho, deslocando-se para o centro urbano (Xavier, 2006).

A atividade começou a se expandir e cada vez mais o centro da cidade atraía moradores, não só da área rural, mas também dos municípios vizinhos. Com o tempo, o êxodo rural diminuiu e as pessoas do campo passaram a permanecer em suas terras (Xavier, 2006; Marques, 2002).

Para entender esse fenômeno nas áreas rurais torna-se necessário definir o que é rural e o que é urbano. Não há um consenso sobre essas definições, no Brasil e no mundo. Neste artigo utiliza-se as definições baseadas na ideia do *continuum*, proposta por Sorokin e Zimmermann, em 1929 e Galpi em 1930 e a do Novo Rural Brasileiro, apresentada por José Graziano da Silva em 1997, que poderão ser mais bem compreendidas no decorrer da discussão apresentada neste artigo.

O estudo do Rurbanismo tem ganho importância nos últimos anos. A visão de uma união harmônica entre o rural e o urbano foi trazida originalmente para o Brasil por Gilberto Freyre, em 1982, porém é difícil de encontrar respaldo na realidade. A ideia da união (sem equilíbrio harmônico) das duas realidades, porém, é bastante atual. As áreas rurais têm se desenvolvido de uma maneira nova, isto é, por meio da pluriatividade, em que, além da agricultura se trabalha também com atividades tipicamente urbanas.

Segundo estudos de Graziano da Silva e outros autores sobre o Novo Rural, esse tipo de atividade tem proporcionado uma melhora nas condições socioeconômicas para as populações que antes dependiam apenas da agricultura.

Para o presente trabalho realiza-se um Estudo de Caso com nove famílias num processo de triangulação de dados com entrevistas com chefes de famílias, com técnicos e a análise documental utilizando a análise de conteúdo.

A justificativa para este estudo deve-se à importância de analisar as mudanças que vêm ocorrendo em áreas tipicamente rurais, porém, com a inserção de uma atividade urbana nessas localidades, fazendo com que os moradores antes apenas trabalhadores rurais, passem agora por uma mu-

dança de paradigma, aprendendo outra atividade não rural. Por este motivo buscou-se investigar as mudanças ocorridas no modo de viver das famílias no tocante a consumo e renda.

Além desta introdução, o artigo é composto pelas seguintes partes: revisão da literatura, metodologia utilizada, análise dos resultados e à guisa de conclusão.

## **Revisão da Literatura**

### ***O Rural e o Urbano, uma Compreensão em Evolução***

Delimitar o rural e o urbano não tem se constituído tarefa fácil. Segundo vários autores, como José Graziano da Silva (1997), José Eli da Veiga [2001?] e Campanhola [2000?], torna-se difícil devido à gama de visões que existem sobre esses conceitos.

Na Idade Média, uma discussão sobre esse assunto não era relevante. As cidades já existiam, mas era nos campos que predominava a população, ficando para as cidades apenas a localização de centros comerciais e administrativos. Com as cidades-Estado italianas, passou-se a dar importância às cidades, mas ainda predominava a população rural (Arrighi, 1996 apud Siqueira; Osório [199-?]).

Foi com a Revolução Industrial (século 18) que as pessoas começaram a se ocupar com novas atividades, que davam uma maior rentabilidade, porém ainda continuavam no campo, uma vez que as indústrias precisavam ficar próximas das fontes de matérias-primas e porque era onde existia a “força” que movia as máquinas. Com a máquina a vapor, foi possível instalá-las nos centros urbanos (Siqueira; Osório [199-?]).

Para Rua (2005, p. 47, 48), a própria origem da palavra cidade faz com que se chegue aos termos “burguês polido, político, educado cidadão”, posto que a sua origem diversificada abrange os seguintes significados: “civil-civil-civilizado; urbis-urbano-urbanidade; polis-polido-educado-político; burg-burguês” Para o rural, a origem latina *rus, ruris*, é derivada de *rude*.

Os estudos sobre a temática resultaram em várias vertentes e definições de termos. Uma análise histórica do termo leva a três apreciações: a evolução da vertente dicotômica, a do *continuum* e suas variações e as definições de rural e urbano utilizadas hoje no Brasil e no mundo.

## A Compreensão a Partir das Vertentes

Afinal, o que seria rural e urbano? Como foi referido anteriormente, esse questionamento levou ao surgimento de três vertentes. Na primeira delas, o rural e o urbano são considerados opostos e com a tendência de domínio do urbano sobre o rural, como sugeriu Marx (século 19), mas que, segundo Veiga (2006), foi Lefebvre em 1969 quem tratou de forma mais adequada o assunto nos últimos tempos. Na segunda, as duas dimensões seriam considerados um *continuum*, como foi proposto por Sorokin e Zimmermann, e na terceira, sugerida por Kayser, estaria acontecendo um renascimento do rural.

Henri Lefebvre em 2002 analisa a questão urbana *versus* a questão rural como situações antagônicas e, nesse tipo de contradição, uma delas tende a eliminar a outra. Depois de invertida a dominação, surge uma fase qualitativamente nova (Veiga, 2006, p. 342).

A redução do rural ao agrário reforçou a vertente de Lefebvre ao pensar como contradição o antagonismo entre o rural e o urbano. Os que são contra essa vertente explicam que o que ocorre são “meras anomalias passageiras de um processo mais demorado de desaparecimento da ruralidade” (Veiga, 2006, p. 343).

Na segunda vertente, a do *continuum*, Reis (2006, p. 4) sugere uma ideia dualista, porém considera urbano e rural como “pólos extremos em uma escala de gradação” com fortes diferenças. Essa ideia posta por Redfield (1947), verificou uma maior relação entre o rural e o urbano. Por essa vertente as diferenças foram amenizadas (Reis, 2006).

No final da década de 70, no Brasil, Solari (1979 apud Lindner et al., 2009) enfatizou que é preciso ter cuidado com essa ideia de *continuum*, pois a mesma precisa ser refletida, uma vez que existe diferenciação no desenvolvimento, dependendo do lugar de onde ocorre no mundo. É preciso fazer uma distinção entre as áreas rurais dos países desenvolvidos e as áreas rurais dos subdesenvolvidos, pois nos primeiros existe uma tendência maior ao processo de urbanização nesse meio.

A terceira vertente, a do Renascimento Rural, foi proposta pelo geógrafo e sociólogo francês Bernard Kayser, que partiu da observação das tendências demográficas dos espaços rurais ocorridas na década de 70 nos países industriais, quando, após um longo período em declínio, voltaram a subir, o que os sociólogos e demógrafos americanos chamaram de “*retourne-ment*” ou “*turn around*”. Após várias análises do fenômeno em outros países, Kayser formulou uma vertente que sugere que a volta do crescimento rural é o resultado do que ocorreu com a sociedade, devido à modernização e ao seu enriquecimento (Kaiser, 1990 apud Veiga, 2006).

Como é possível constatar, o conceito de urbano e rural tem se tornado cada vez mais difícil de definir, pois o que se entende como rural é um “*continuum*” do urbano, levando-se em consideração o aspecto espacial. Considerando as atividades desenvolvidas, porém, não se pode mais limitar a agricultura ao meio rural e a atividade industrial ao meio urbano (Silva, 1997).

Uma visão mais profunda e aproximada da real situação iria melhorar as políticas públicas federais, estaduais e municipais destinadas às áreas rurais, uma vez que, o que é usado, nos dias atuais, baseia-se na realidade urbana que chega ao rural, e não é focado no rural para o rural (Pinto, 2006; Veiga, 2003).

## As Discussões no Brasil

No Brasil, inicialmente, não havia o pensamento da diferenciação entre rural e urbano por se tratar de um local de exploração da Coroa Portuguesa. Os núcleos urbanos ou vilas, como foi Olinda na primeira metade do século 16, seriam pontos de partida para a interiorização (Andrade, 1993), iniciando aqui uma pequena diferenciação entre o rural e o urbano.

Segundo Blume (2004, p. 65), os espaços mais tarde determinados como cidade só passaram a ganhar um significado diferente quando a família real se instalou no Rio de Janeiro, em 1808, e “devido à ascensão administrativa, a cidade ganhou autonomia e passou a se configurar em um espaço diferenciado ao campo”. Logo, viver na cidade significava ser refinado, civilizado, e essa concepção vai consolidando a ideia de que “quanto mais urbana fosse a população, mais ‘moderna’ seria a sociedade que a abriga” (Blume, 2004, p. 65).

As definições de rural e urbano utilizadas no Brasil foram determinadas no governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), por meio do decreto-lei 311/38, de 2 de março de 1938, o qual define que são urbanas as sedes de município (cidade) e de distritos (vila), independentemente de suas características estruturais ou funcionais, e o restante do território é rural.

O interesse quanto à definição desses conceitos no Brasil começou a partir da década de 80, devido à urbanização do campo e ao surgimento de outras atividades naquelas localidades. Há, inclusive, diferentes entendimentos entre as diversas entidades estatais.

## Definições no Mundo

Na França, o *Institut National de la Statistique et de les Études Économiques* (Insee) criou uma categoria para as vilas que se situam ao redor das cidades – “periurbanos”. Na Itália, o *Instituto Nazionale di Statistica* (Istat) estabeleceu quatro categorias: rural, semirural, semiurbano e urbano. Já a Organização das Nações Unidas (ONU) sugere que sejam consideradas urbanas as localidades onde haja mais de 20 mil habitantes. No Japão, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (Oede) considera urbana a localidade que possua mais de 500 hab/km<sup>2</sup> (apud Veiga, [2001?]).

Tem-se verificado muito mais adequados os métodos que utilizam os critérios de localização e densidade. Essa classificação foi adotada pela OCDE, EUA e França (Veiga, 2003). A que é adotada no Brasil é citada por Blume (2004) como muito simples, dado que não utiliza outros critérios juntamente com o que já é usado, o que compromete os dados obtidos.

Para compreender também essa influência do urbano no meio rural, faz-se necessário o entendimento de urbanização, uma vez que a urbanização também é um fator muito importante para se captar as mudanças ocorridas no meio rural.

## Urbanização

No Brasil, na época em que a economia brasileira estava baseada na produção agroexportadora, verificou-se que a rede urbana estava concentrada em poucas grandes cidades, como Recife e Olinda, localizadas principalmente no litoral. No Nordeste mesmo com a “desconcentração da economia” no final do século 20 e com a “interiorização da urbanização”, não houve grandes mudanças (Xavier, 2006, p. 42).

Constatou-se, no Censo 2000, no Brasil, que o grau de urbanização teria o absurdo percentual de 81,2% no total de 5.507 sedes de municípios. Mesmo que se leve em consideração um critério simples utilizado por mui-

tos estudiosos, que é definir como rurais municípios com menos de 20 mil habitantes, o Brasil ainda continuaria sendo 70% urbano (Veiga, 2003). Os primeiros resultados do Censo de 2010, porém, mostram um Brasil 84,35% urbanizado, com 5.565 municípios.

### ***As novas percepções da realidade: Rurbanismo, Novo Rural e Pluriatividade***

#### **Rurbanismo**

Frutos das transformações do rural e do urbano, alguns conceitos vêm sendo trabalhados buscando uma maior compreensão da realidade.

O rurbano é um neologismo criado pelo sociólogo e antropólogo pernambucano Gilberto Freyre no início da década de 50. Tal terminologia seria um “conceito sociológico ou socioantropológico, que o torna também sociopolítico” (Freyre, 1982, p. 35).

Para o autor, rurbanização significa

(...) um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina como formas e conteúdos de uma vivência regional – a do Nordeste, por exemplo, ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos (1982, p. 57).

Para se entender melhor o pensamento do criador do termo rurbano, é preciso voltar um pouco na história do nosso país, e mais especificamente do Nordeste.

O desenvolvimento econômico do Brasil baseou-se em três vetores: a monocultura, os latifúndios e a escravatura, o que resultou em “uma economia rural e exportadora de produtos tropicais” (Freyre, 1982, p. 1), porém essa economia, para se desenvolver, precisava de apoios mediante a

cooperação de origens urbanas, logo era um desenvolvimento misto. Possuía, sim, suas bases rurais, mas principiava a acrescentar desde cedo detalhes urbanos, característica brasileira que começava a conciliar opostos que pareciam inconciliáveis (Freyre, 1982).

Freyre sugere que as populações que não têm como se desenvolver apenas com as atividades agrícolas e pecuárias, que continuem a viver de maneiras “semi-rurais, ou antes, tornarem-se rurbanas pela sua permanência em meios predominantemente rurais onde exerçam atividades industriais” (1982, p. 97). Para isso, porém, era preciso que fossem oferecidas melhores condições a esses trabalhadores.

Segundo Souza (2009), o termo rurbanização é empregado atualmente para passar a ideia de “novo rural”, ideia sugerida por José Graziano da Silva (1997), que significaria a urbanização do campo. Outra autora, Carneiro (1998 apud Souza, 2009, p. 2) adota a terminologia para “descrever o surgimento de novas identidades rurais frente à divulgação de valores urbanos pela vulgarização dos acessos aos meios de comunicação e transporte”.

O rurbanismo é a base do estudo do Novo Rural, porém não é trabalhado na maioria dos textos que utilizam a ideia, o que leva a uma concepção errada do que é verdadeiramente rurbano.

## Novo Rural

Segundo Veiga (2006), o nascimento de uma nova ruralidade é de caráter embriológico, e se verificou desde o início do século 20. Para entender esse processo de desenvolvimento rural não é preciso ir a algum país de primeiro mundo, uma vez que aqui no Brasil é possível ver o que o grande geógrafo e sociólogo francês Bernard Kayser chamou, com certo exagero, de “renascimento rural” (Veiga, 2003).

É um equívoco chamar de renascimento, posto que existem áreas que ainda estão se esvaziando (Veiga, 2004), e há pouca semelhança entre o que ocorreu quanto ao desenvolvimento de certas localidades com as relações que essas sociedades mantiveram no passado (Veiga, 2006). Considera-se, portanto, uma nova vertente, não concordante com as anteriores, a do Novo Rural Brasileiro. Ela significaria um casamento entre a cidade e o campo, em que “ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza” (Veiga, 2006, p. 334).<sup>3</sup>

Uma consequência dessa nova realidade, para o agricultor, é uma grande transformação, que é um grande desafio, pois é a “reconstrução de sua própria identidade profissional” (Wanderley, 2008, p. 106). A prática dessa nova atividade não agrícola, juntamente com a agropecuária já praticada, é chamada de pluriatividade e que se tem tornado uma nova forma de desenvolvimento socioeconômico para o rural brasileiro.

## Pluriatividade

Para o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2004, p. 17), família pluriativa “é aquela onde ocorria a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas entre os componentes do mesmo domicílio”. O fato de a atividade agropecuária ser insuficiente para garantir a renda familiar, fazia os membros das famílias procurarem trabalho nas redondezas, atividades que sejam flexíveis para complementar essa renda. Tal ação ajuda a suavizar os problemas causados pelo desemprego “e estimula comportamentos simultaneamente cooperativos e competitivos, muito imitados por outros agentes econômicos locais” (Veiga, 2003, p. 206).

Essa situação de pluriatividade dos chamados camponeses não se constitui propriamente uma novidade, pois já era relatada por Kautsky (1986, p. 149), ao relatar:

---

<sup>3</sup> Fórmula sintética de Bertrand Hervieu e Jean Viard (2001 apud Veiga, 2006).

O fato de que a destruição da indústria camponesa de sustentação obriga o pequeno lavrador a procurar um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para sua subsistência, mas nenhum excedente negociável. O pequeno lavrador dispõe, de fato, do tempo necessário para realizar esse trabalho acessório, pois sua própria atividade agrícola exige dedicação total apenas em certos períodos do ano. Ele não cobre suas necessidades de dinheiro com a venda de seus produtos excedentes, mas com a venda de sua força de trabalho excedente.

Segundo Kautsky (1986), com a crise agrária que atinge a todos que trabalham na agricultura, a mudança de comportamento faz com que a atividade mais lucrativa ganhe prioridade na propriedade camponesa, o que gera a diminuição do trabalho executado pelos integrantes da família nessa atividade.

Na contemporaneidade dado os avanços do capitalismo e da consequente urbanização, de acordo com Monteiro (1998 apud Silva et al., 2002, p. 45), “a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação dessas famílias”. A mudança que vem ocorrendo “é tão forte e rápida”, segundo Silva et al. (2002, p. 45), que em 1998 os dados apontavam para a mudança na renda dos agricultores rurais, ou seja, a renda advinda da atividade não agrícola supera a da agrícola.

Para Silva (1997, p. 4), esse novo padrão tem feito surgir um novo ator social nos países desenvolvidos: o *part-time farmer*. Ele é um agricultor ou pecuarista que combina suas atividades com “outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural”. Ele deixa de ser especializado e passa a ser autônomo, ao combinar outras formas de atividades: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas.

Para os clássicos marxistas, esses seriam camponeses em processo de proletarização, quando se verifica a combinação das atividades não agrícolas fora do seu estabelecimento. E os clássicos “consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarização e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social” (Silva, 1997, p. 4), ou seja, para eles a pluriatividade seria um problema e não uma solução.

Em contraposição, porém, a conclusão do estudo de Campanhola e Silva (2004, p. 274) mostra a importância dessa atividade dupla (pluriatividade) como diversificação das atividades fora da agricultura, com a intenção de “manter as famílias no meio rural, sustentando a necessidade de migração para a cidade”.

Discorda-se de Silva (1997), contudo, quando este autor afirma que a pluriatividade, pela criação de atividades não agrícolas, é a única saída para a população do meio rural. A agricultura pode e deve ser incentivada pelo governo, porém não como a única alternativa para todo o país, uma vez que irá depender de cada localidade e de suas particularidades (se é propícia à agricultura e à pecuária ou não). Só então se saberá qual a direção a ser tomada, visto que cada caso é único para se traçar uma estratégia de desenvolvimento local.

Segundo Garofoli, citado por Veiga (2003a, p. 292), “não se trata de um processo com vocação a ocorrer em qualquer lugar, pois está ligado a alguns pré-requisitos da própria formação socioeconômica de cada território”. São necessárias condições mínimas favoráveis que estimulem o empreendedorismo e, por consequência, a inovação.

## **Metodologia**

Esta é uma pesquisa que pretende descrever as características e analisar as consequências de um fenômeno. O método utilizado é o qualitativo, em sua maior parte, mas conta também com dados quantitativos como aporte.

- Este estudo objetiva responder à seguinte pergunta: Quais foram as transformações na produção e no consumo, bem como os traços de rurbanização e pluriatividade ocorridos em unidades familiares da Vila Magana no município de Santa Cruz do Capibaribe, PE? Os objetivos específicos são os que seguem:
- Analisar as transformações decorrentes das atividades de confecção no modo de viver das famílias no tocante à produção e ao consumo.
- Verificar traços particulares de rurbanização e pluriatividade nas unidades estudadas.

Para atender a esse propósito foi realizado um estudo de caso que tem um caráter descritivo e explicativo.

O objeto de estudo foram nove famílias – unidades de análise – localizadas na Vila Magana. Para a pesquisa utilizou-se o processo de triangulação, em que além das entrevistas com os responsáveis pelas famílias, acrescentaram-se duas fontes de informação, além da pesquisa histórica: a observação direta, as entrevistas com os empresários locais, técnicos do IPA e Adagro e ex-moradores da Vila. Esse conjunto constitui a triangulação como proposto em (Yin, 2005).

A análise do estudo de caso foi baseada em proposições teóricas, como sugere Yin (2005), as quais geraram os objetivos, as categorias de análises, e consequentemente, as questões da pesquisa deste trabalho.

O local da realização da pesquisa é o município de Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco, por se tratar da principal cidade do Polo de Confecção do Agreste, se levar em conta apenas as atividades de confecções, com foco na Vila Magana.

O estudo foi feito na zona rural, onde foi possível observar os impactos socioeconômicos causados pela entrada da atividade de confecção, um empreendimento tipicamente urbano, na zona rural, ou seja, um tipo de rurbanização.

A Vila Magana vem sendo atendida pelo Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA). Possui 90 famílias, das quais algumas são apenas famílias que utilizam as casas localizadas na Vila como local de lazer para os finais de semana e feriados. Estas famílias foram excluídas da amostra, permanecendo apenas as que moram na localidade e ali exercem atividades econômicas.

A amostra foi realizada em duas etapas:

*1ª etapa:* nessa fase a pesquisadora participou de uma reunião na Associação dos Moradores. A partir dessa reunião foi feita a divisão das famílias em três grupos: o primeiro grupo foi formado pelas famílias que consideravam a confecção muito importante, o segundo, que considerava a confecção como uma importância média ou pouca, e o terceiro grupo foi constituído pelas famílias que já trabalharam com confecção, mas que abandonaram a atividade.

Após a coleta dessas informações, fez-se a escolha daqueles que se mostraram mais abertos à pesquisa. Nesse primeiro encontro foram escolhidas três pessoas de cada um dos grupos para a constituição da amostra.

*2ª etapa:* essa etapa da coleta de dados teve início com uma entrevista semiestruturada. Foi feita também a observação pessoal não participativa na perspectiva das categorias utilizadas para análise. Nessa segunda etapa também foram entrevistados três moradores antigos que contaram um pouco da história da Vila, da atividade de confecção na cidade e na zona rural.

As questões de campo foram formuladas em decorrência das categorias analíticas originadas a partir dos objetivos específicos e com base na revisão de literatura. Exemplo dessa construção para coleta de dados encontra-se no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Exemplo da Estrutura para coleta dos dados por objetivo específico

OBJETIVO 2: Verificar traços particulares de rurbanização e pluriatividade nas unidades estudadas.		
Categorias de Análise	Questões de Campo	Respostas
2.1 Transformações ocorridas nas propriedades devido ao desenvolvimento da atividade de confecção.	2.1.2 O que mudou na propriedade, na parte estrutural, após a entrada da atividade de confecção?	
	2.2.1 Como foi a aceitação dessa nova atividade?	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 a seguir representa uma visão geral com as sequências de ações, desde a coleta de dados até a interpretação dos resultados.

Figura 1 – Modelo de Análise de Conteúdo (Baseado em Franco, 2008 e Bardin, 1977)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a análise das variáveis quantitativas foi empregada a ferramenta Excel, em que os dados foram lançados e transformados em tabelas e gráficos para melhor visualização das características socioeconômicas da amostra. Foi usada a média aritmética apenas para se ter inferências preliminares.

Para a análise das questões qualitativas foi utilizada a análise de conteúdo, em que o objeto é a palavra, e que procura entender o “que está por trás das palavras” (Pêcheux apud Franco, 2008, p. 11). O ponto de partida é a mensagem (verbal, gestual, documental, etc.) que é passada pelo emissor e está diretamente ligada “às condições contextuais de seus produtores” (Franco, 2008, p. 19).

## Análise dos Resultados

### *Transformações no Modo de Viver das Famílias*

Quadro 2 – Perfil das famílias pesquisadas

	PAIS	MÃES	FILHOS
IDADE	Média 45 anos	Média 39 anos	Média 18 anos
ESCOLARIDADE	1º grau incompleto	1º grau incompleto	1º grau incompleto (cursando)
ATIVIDADE	Agropecuária	Pluriativas (Confeção + agropecuária)	Maioria estudante
LOCAL DE MORADIA	Na Vila	Na Vila	Maioria no centro urbano

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.  
Elaborado pelos autores

O primeiro ponto refere-se à questão *ocupacional*, observando-se que as pessoas desde cedo se ocupam com o cultivo e a coleta de alimentos. Na localidade, isso não foi confirmado. Verificamos uma mudança social pelo fato de os pais incentivarem, com certa prioridade, a educação dos filhos. Essa preocupação foi ressaltada pelos respondentes (pais) por ocasião das entrevistas.

O segundo ponto está relacionado diretamente com o primeiro, pois Blume (2004) afirma que há uma baixa *mobilidade social*, seguindo os filhos a mesma ocupação dos pais. Esse fato não foi confirmado em sua totalidade, uma vez que a maioria dos filhos está em idade escolar, no entanto já se

observa uma mudança de perspectiva de vida profissional com a formação diferenciada em relação aos pais. Os jovens vislumbram outras profissões que não aquelas ligadas à agropecuária. Caso não seja com uma formação superior, o seja por outra ocupação, como no comércio local.

O movimento de saída da localidade, por parte dos jovens, reflete a tendência apontada por Veiga (2003a), em que o rural estaria destinado a desaparecer. Observamos, porém, que, mesmo com a redução da população rural do município, o que os respondentes informam é que a busca por essas localidades rurais tem aumentado a cada dia. Tal situação é confirmada pela presença de moradias de “finais de semana”. Configuram-se assim, não atividades rurais em expansão, mas áreas rurais sendo ocupadas por moradores urbanos com vistas ao lazer.

Na localidade não há um padrão para o desenvolvimento da atividade de confecção na área rural. O que se constata é que a atividade não agropecuária exercida deve-se apenas à predominância da confecção na região e pelos resultados positivos (aumento de renda) alcançados por aqueles que a praticam. Tal fato confirma o que foi citado por Garofolo (apud Veiga, 2003), ao ressaltar que o desenvolvimento não é algo que acontece igualmente em todos os lugares, mas está ligado a um desenvolvimento socioeconômico específico. No caso da Vila Magana, a atividade de confecção historicamente teve essa contribuição.

A atividade de confecção já virou cultura no município, mas, devido à diminuição das vendas pela saída de antigos compradores de outras regiões, os quais agora possuem confecções próprias, e outros fatores, como a atividade exaustiva, problemas de saúde, muitos que tiveram a oportunidade e/ou a vontade de trocar de atividade o fizeram.

Infere-se que existe a predominância da atividade de confecção entre as mães, porém em relação aos pais que também trabalham com confecção, essa diferença não é grande. Conforme foi relatado nas entrevistas, a questão do preconceito masculino em relação à confecção não foi confirmada.

Deduz-se que o exercício da atividade de confecção é totalmente ligado ao retorno financeiro gerado por ela, e a atividade agropecuária em sua maior parte está ligada à tradição local e ao prazer. Esse fato é confirmado por Veiga (2003a), quando este autor relata que a atividade agropecuária é insuficiente para garantir a renda familiar, levando os membros das famílias a procurarem nas redondezas trabalhos que sejam flexíveis e rentáveis para complementar a renda. Esse modelo está mais em consonância com um dos modelos de Grossi e Silva (2002), os quais salientam que sobre esse novo formato do rural existe um que é formado por atividades não agrícolas.

A produção agrícola e a criação de animais não vêm sendo prejudicadas pelo desenvolvimento de outra atividade, no caso a confecção. Elas são praticadas simultaneamente, embora o trabalhador fique mais sobrecarregado, pois precisa começar mais cedo o trabalho agropecuário para se dedicar depois à atividade de confecção.

Essa dedicação contínua às duas atividades reproduz, de certa forma, o que foi constatado no passado por Kautsky (1986), quando este argumenta que essa mudança para a pluriatividade faz com que seja dada prioridade à atividade mais lucrativa, no caso a confecção, e cada vez menos integrantes da família participam das atividades agropecuárias. Isso também é confirmado por Monteiro (1998 apud Silva et al., 2002), que constata a diminuição do tempo total de trabalho das famílias rurais dedicado à agropecuária.

Delgado e Cardoso (2000 apud Nascimento, 2004) ressaltam que a diminuição da pobreza das famílias rurais seria devido às transferências do governo. Na localidade, a pesquisa revelou apenas dois casos, pois o restante se deve ao incremento da renda pela dedicação a outra atividade, não agrícola.

Verifica-se que a renda proveniente da confecção é igual ou superior a 50% da renda total em seis casos, e a renda *per capita* média é de R\$ 382,09, considerando-se todas as atividades. Pode-se concluir que, com a pequena amostra levantada, não é possível fazer uma análise suficientemente con-

fiável para assegurar um padrão de predominância de renda das atividades não agrícolas sobre as agrícolas. Segundo os relatos dos entrevistados, entretanto, a renda proveniente da confecção no passado era mais relevante do que no presente.

A produção agrícola, em todos os casos, serve para o consumo próprio da família e em cinco casos também contribui para a alimentação dos animais que são criados nas propriedades. Nesse caso se caracterizaria pelo urbano financiando a atividade rural, revelando a insuficiente rentabilidade da última.

O acesso das famílias aos bens de consumo duráveis, que antes não era possível, com a renda da agropecuária passou a sê-lo. Com o aumento do poder de compra, houve a junção de bens duráveis como uma forma de melhorar a qualidade de vida e gerar um certo *status* social. Sobre os bens de consumo não duráveis, em resumo, observa-se que houve mudanças nos hábitos alimentares. O lazer, também, passou a ser um item incorporado a essa nova situação econômica.

Em virtude das respostas obtidas, chega-se à conclusão de que a confecção mudou o padrão de vida das pessoas. Quatro dos entrevistados citaram que tudo mudou, inclusive um deles refere-se a si mesmo como “rico”, se comparado aos padrões do passado.

Confirma-se a presença de traços de rurbanização, que, segundo Freyre (1982) é um processo de desenvolvimento socioeconômico em que os valores e estilos rurais e urbanos se misturam. Verifica-se a presença de bens de consumo antes acessíveis apenas aos moradores das áreas urbanas. Nas áreas rurais não havia condições financeiras para tal estilo de consumo e de viver “urbano”. Agora não, passam os moradores a ser um novo personalidade social, que é o “rurbano”.

Configura-se um quadro em que antes da confecção havia baixa poupança e no pós-confecção há um aumento na poupança e na possibilidade de investimento, com melhoria no padrão de vida.

As principais mudanças observadas pelos que citaram a baixa poupança, comparada às situações pré e pós-confeção, foi a compra de casa, terreno e animais para criação. Nenhum deles citou investimentos na agricultura, justamente porque o tipo de clima da região não favorece o cultivo e há um baixo retorno da atividade se comparada com outras aplicações: logo, consideram que seria um investimento em algo de maior risco ou de menor retorno.

### ***Traços de Rurbanização e de Pluriatividade***

A atividade de confeção contribuiu para a instalação da energia elétrica em todas as residências pesquisadas. Esse insumo (energia) possibilita o acesso a bens duráveis, bem como o consumo de bens não duráveis (alimentos armazenáveis por refrigeração), o que diversifica os padrões de consumo das famílias.

Essas características rurbanas passam a surgir, como se pode observar a partir do contato direto, observações e por inferências com base nos resultados, a partir da entrada de outra atividade, a confeção, que tornou os atores sociais da localidade pluriativos, isto é, desempenham agora atividades rurais e urbanas em conjunto, guardando-se as especificidades quanto à divisão do trabalho familiar.

Essa pluriatividade, segundo Wanderley (2008), tem-se tornado um jeito novo de desenvolvimento para o rural brasileiro. Atente-se, porém, para as considerações de Campanhola e Silva (2004), de acordo com os quais a pluriatividade não tem uma forma única, mas vai depender de cada região, assim como no âmbito de cada região há vários tipos de pluriatividade.

A grande maioria dos respondentes (7) declarou que a aceitação da introdução da nova atividade (confeção) foi boa e acolhida sem preconceitos. A realidade relatada vai ao encontro do que analisou Wanderley (2008), quando ressalta o desafio dessa nova realidade para os moradores, antes ape-

nas trabalhadores rurais. Agora, os mesmos precisam adaptar-se a essa nova realidade e aprender e/ou descobrir novas habilidades, antes não necessárias, o que representa a reconstrução do seu “eu” como profissional.

Em que pese a introdução da nova atividade (confecção) e a convivência pluriativa das duas atividades (rural e urbana), a agricultura ainda tem uma ligação muito forte com essas pessoas, a ponto de ser comparada “à vida”.

Observa-se que a pluriatividade, no caso, foi muito benéfica para o desenvolvimento da localidade e das pessoas que nela vivem ou viviam. A agricultura passou a ser um meio de lazer, e contingenciada pelo aspecto cultural, enquanto a outra atividade, a confecção, constitui um meio de sobrevivência para essas famílias.

Para Silva (1997), um estilo de vida pluriativo é fundamental para a elevação da renda dos moradores das áreas rurais, fato confirmado por Schneider (apud Silva, 1997), que concluiu que a pluriatividade provou a capacidade de adaptação às mudanças sociais e de permanência em seus locais de origem nas áreas rurais.

## **A Guisa de Conclusão**

Na localidade observa-se uma diversidade de movimentos e de arranjos. Algumas pessoas têm saído da vila para os centros urbanos e outras veem a vila como local de descanso e de lazer. há também aqueles que fazem desse local (vila) uma segunda, ou até mesmo uma primeira moradia, havendo trânsito durante o período semanal entre o campo e o centro urbano e vice-versa.

Um novo ator social foi observado na pesquisa, o pluriativo, representado por aquele que divide seu tempo entre a atividade agropecuária e a urbana.

Dentre os benefícios alcançados a partir dessa pluriatividade – embora não com exclusividade –, destaca-se a possibilidade de incentivar os filhos a dispensarem maior atenção à educação, vislumbrando para eles um futuro diferente daquele alcançado pelos pais.

O desenvolvimento de atividade não agrícola na área rural, nesse caso a confecção, deve-se à expansão da atividade a partir do centro urbano de Santa Cruz do Capibaribe, e pelos resultados positivos (aumento de renda) gerados por quem a praticava.

A atividade de confecção trouxe também uma mudança, na medida em que a responsabilidade pela manutenção familiar sai da exclusiva responsabilidade masculina e passa a ser dividida com a dona da casa.

A confecção tem o propósito de maior retorno financeiro, e a agropecuária está vinculada ao prazer e é parte maior da cultura local. A produção agropecuária é feita em baixa escala, não sendo prejudicada pela atividade de confecção.

A formação da renda dessas famílias segue padrões distintos, mas é importante salientar que, de modo geral, houve um aumento da renda total, gerado pela pluriatividade.

As famílias passaram a ter acesso a bens de consumo duráveis, o que antes não era possível. Sobre os bens de consumo não duráveis, constata-se que houve uma transformação dos hábitos alimentares, com o aumento da quantidade e da diversificação, com a entrada de itens industrializados na composição da cesta básica familiar. Houve, igualmente, um aumento no consumo de roupas, de cosméticos e de viagens de lazer. Fruto dessas mudanças emerge um novo personagem social, a pessoa rurbana, que vive nas áreas rurais, mas que possui traços urbanos.

Também com a renda proveniente dessa pluriatividade, todos os pesquisados relataram que houve um aumento da poupança (embora não metrificado) mas apenas um pouco mais da metade dos entrevistados revelou ter aplicado os recursos poupados na pecuária, dada a incerteza quanto aos resultados.

Saliente-se que houve um certo grau de urbanização na localidade estudada, considerando-se essa como uma melhoria das condições de vida, o que reflete as características superiores da socioeconomia da vila.

Conclui-se que características rurbanas passam a surgir devido à entrada de outra atividade. Nesse caso, a pluriatividade dos atores sociais proporcionou a rurbanização da localidade.

A pluriatividade trouxe consigo um desafio, que foi a reconstrução do “eu” profissional, uma vez que exigiu desse novo personagem o aprendizado de habilidades antes desconhecidas, a confecção. A pluratividade – a partir das confecções – mostrou que essa mudança não significava uma decadência da família, mas era um fator de diferenciação positivo nos âmbitos social e econômico.

A agropecuária continua a fazer parte da tradição dessas famílias, porém não mais como fonte única de sobrevivência. As perspectivas para as atividades primárias não são boas, a sua continuidade se dá mais por prazer e pela cultura, mas, caso haja alguma mudança que ameace a sobrevivência dessas famílias na localidade, provavelmente essa atividade terá uma busca imediata.

Em relação à confecção, conclui-se que ela representou um fator determinante na mudança de vida dessas famílias do ponto de vista financeiro e no aspecto social. As perspectivas, entretanto, não são boas devido ao excesso de oferta em relação à demanda. O presente estudo tem seus limites, dado que ele é suportado por uma pequena amostra de uma localidade, porém

abre perspectivas para que outras pesquisas em outras regiões e com amostras maiores possam revelar resultados mais enriquecedores sobre pluriatividade, trabalho de *part-time* e processos de rurbanização.

## Referências

ANDRADE, M. C. de. *O Nordeste e a questão regional*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. França: Edições 70, 1977.

BLUME, R. *Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. 2004. p. 16 a 85. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS. Porto Alegre, RS. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/comteudo/artigos\\_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta\\_territorio.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/comteudo/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta_territorio.pdf)>. Acesso em: 29 de maio 2011.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro: novas atividades rurais*. Editores Técnicos Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológicas, 2004. Vol. 6.

FRANCO, M. L. P. B. *Análise do conteúdo*. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREYRE, G. *Rurbanização: que é?* Recife, PE. Ed. Massangana, 1982. 153p.

GROSSI, M. E. D; SILVA, J. G. *O novo rural: uma abordagem ilustrada*. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002. 53 p. V. 1. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=868>>. Acesso em: 29 maio 2011.

IPA. *Plano de Ação Municipal de Santa Cruz do Capibaribe*. 2011.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

LINDNER, M. et al. Presença da ruralidade em municípios gaúchos: O exemplo de Silveira Martins, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009. Rio Claro. *Anais...* Rio Claro, SP: Unesp, 2009. 1-15. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XXENGA/artigos/Lindner\\_M.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XXENGA/artigos/Lindner_M.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2011.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, ano 18, n. 19, jul./dez. 2002. p. 95-112. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/cientifico.htm>>. Acesso em: 1º set. 2010.

NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 42, n. 2. apr./june 2004. Disponível em: <[http://?Script=sci\\_arttext&pid=S0103-200320040\\_00200008](http://?Script=sci_arttext&pid=S0103-200320040_00200008)>. Acesso em: 25 fev. 2011.

PINTO, N. M. A. et al. As implicações da delimitação de rural e urbano para as práticas das instituições de capacitação profissional em cidades rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 44., 2006, Fortaleza. *Anais eletrônicos...* Fortaleza, Ceará, jul. 2006. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/738.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2011.

PNRA. II Plano Nacional de Reforma Agrária. *Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Disponível em: <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2011. p. 5-19.

REIS, D. S. O rural e o urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15., 2006, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Caxambu, Minas Gerais. 2006. p. 1-13. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/emcontro2006/docspdf/ABEP2006\\_777.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/emcontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2011.

RUA, J. *A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica*. 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/revista/ojs2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/81/41>>. Acesso em: 29 maio 2011.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. *O conceito de rural*. Disponível em: <<http://biblioteca-virtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/osorio.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte. p. 43-81, maio. 1997.

SILVA, J. G. et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. *Caderno de Ciências e Tecnologia*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67. jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=868>>. Acesso em: 21 maio 2011.

SOUZA, G. B. Paisagens rurbanas: a tensão entre práticas rurais e valores urbanos na morfogênese dos espaços públicos de sedes de municípios rurais. Um estudo de caso. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, vol. 21, n. 2, aug. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132009000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132009000200012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 29 maio 2011.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico*. Associação Nacional de Pós-graduação em Economia (Anpec), [2001?]. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. p. 31-52.

\_\_\_\_\_. Nem tudo é urbano. *Ciências e Cultura*, ano 56, n. 2, p. 26-29, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.zeceli.pro.br/cientifico.htm>>. Acesso em: 1º set. 2010.

\_\_\_\_\_. *Nascimento de outra ruralidade*. 2006. p. 333-353. Disponível em: <<http://www.zeceli.pro.br/cientifico.htm>>. Acesso em: 1º set. 2010.

WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator*, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.html>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

XAVIER, M. G. P. *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000)*. 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.